

**PROTAGONISMOS FEMININOS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL:  
RECICLAGEM E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM MINAS GERAIS****FEMALE PROTAGONISMS AND SOCIO-ENVIRONMENTAL JUSTICE:  
RECYCLING AND QUILOMBOLA TERRITORIES IN MINAS GERAIS****PROTAGONISMOS FEMENINOS Y JUSTICIA SOCIOAMBIENTAL:  
RECICLAJE Y TERRITORIOS QUILOMBOLAS EN MINAS GERAIS**

<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n6-001>

**Márcia Cristina Moreira Paranhos**

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Inovação Tecnológica

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: marciaparanhos10@gmail.com

**Aline Leite Dias**

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Inovação Tecnológica

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: fonheu@icloud.com

**RESUMO**

Este artigo examina como o protagonismo de mulheres em dois contextos socioterritoriais de Minas Gerais, catadoras de materiais recicláveis em Belo Horizonte e mulheres da Comunidade Quilombola de Cachoeira dos Forros, em Passa Tempo, sustenta processos concretos de justiça socioambiental. Adota-se abordagem qualitativa com inspiração em pesquisa-ação, combinando observação de campo, conversas orientadas, análise documental e devolutivas coletivas, com o objetivo de compreender de que modo práticas de trabalho, cuidado e autogestão, articuladas à defesa do território e à transmissão de saberes, reconfiguram relações de poder, geram valor socioambiental e ampliam capacidades políticas locais. A análise mobiliza quatro dimensões analíticas, a primeira relacionada à circularidade e valor nas cooperativas urbanas, onde as catadoras organizam fluxos, qualificam materiais, mitigam impactos e internalizam riscos frequentemente negligenciados pelo Estado e pelo mercado, a segunda referente ao território e ancestralidade no quilombo, em que técnicas produtivas, rituais de memória, regras de uso comum e solidariedades intergeracionais asseguram reprodução social e soberania alimentar, a terceira vinculada à governança e reconhecimento, que evidencia assimetrias na distribuição de responsabilidades, recursos e voz pública, e a quarta relativa às tecnologias sociais do cotidiano, nas quais cooperação, cuidado e pactos comunitários convertem adversidades em arranjos inovadores de gestão, renda e proteção da vida. Os resultados demonstram que a sustentabilidade efetiva depende do reconhecimento do valor socioambiental gerado por essas mulheres e da correção das desigualdades estruturais que oneram desproporcionalmente corpos e territórios negros, exigindo políticas que considerem redistribuição de direitos, reconhecimento cognitivo e participação política qualificada. Conclui-se que a articulação entre circularidade urbana e ancestralidade rural constitui um modelo de transformação socioterritorial capaz de orientar transições ecológicas justas no Brasil, nas quais a justiça socioambiental se torna indissociável do fortalecimento do protagonismo feminino e da valorização de seus saberes e práticas.

**Palavras-chave:** Protagonismo Feminino. Justiça Socioambiental. Catadoras de Materiais Recicláveis. Territórios Quilombolas. Tecnologias Sociais. Governança Comunitária.

## ABSTRACT

This article examines how the protagonism of women in two socio-territorial contexts in Minas Gerais, waste pickers in Belo Horizonte and women from the Quilombola Community of Cachoeira dos Forros in Passa Tempo, sustains concrete processes of socio-environmental justice. A qualitative approach inspired by action research was adopted, combining field observation, guided conversations, document analysis and collective feedback, aiming to understand how practices of labor, care and self-management, articulated with territorial defense and the transmission of knowledge, reshape power relations, generate socio-environmental value and expand local political capacities. The analysis mobilizes four interrelated dimensions: circularity and value in urban cooperatives, where waste pickers organize material flows, improve quality, mitigate environmental impacts and internalize risks widely neglected by the State and the market; territory and ancestry in the quilombo, where productive techniques, memory rituals, commons-based rules and intergenerational solidarity ensure social reproduction and food sovereignty; governance and recognition, revealing asymmetries in the distribution of responsibilities, resources and public voice; and everyday social technologies, in which cooperation, care and community agreements transform adversity into innovative arrangements of management, income and protection of life. Findings indicate that effective sustainability depends on recognizing the socio-environmental value produced by these women and correcting structural inequalities that disproportionately burden Black bodies and territories, requiring policies that promote redistribution of rights, cognitive recognition and qualified political participation. It is concluded that the articulation between urban circularity and rural ancestry constitutes a model of socio-territorial transformation capable of guiding just ecological transitions in Brazil, in which socio-environmental justice becomes inseparable from the strengthening of female protagonism and the appreciation of their knowledge and practices.

**Keywords:** Female Protagonism. Socio-environmental Justice. Waste Pickers. Quilombola Territories. Social Technologies. Community Governance.

## RESUMEN

Este artículo examina cómo el protagonismo de las mujeres en dos contextos socioterritoriales de Minas Gerais, las catadoras de materiales reciclables en Belo Horizonte y las mujeres de la Comunidad Quilombola de Cachoeira dos Forros en Passa Tempo, sostiene procesos concretos de justicia socioambiental. Se adopta un enfoque cualitativo inspirado en la investigación-acción, combinando observación de campo, conversaciones orientadas, análisis documental y devolutivas colectivas, con el objetivo de comprender de qué manera las prácticas de trabajo, cuidado y autogestión, articuladas con la defensa del territorio y la transmisión de saberes, reconfiguran las relaciones de poder, generan valor socioambiental y amplían las capacidades políticas locales. El análisis moviliza cuatro dimensiones interrelacionadas: circularidad y valor en las cooperativas urbanas, donde las catadoras organizan flujos de materiales, mejoran su calidad, mitigan impactos y asumen riesgos ampliamente desatendidos por el Estado y el mercado; territorio y ancestralidad en el quilombo, donde técnicas productivas, rituales de memoria, normas de uso común y solidaridades intergeneracionales aseguran la reproducción social y la soberanía alimentaria; gobernanza y reconocimiento, revelando asimetrías en la distribución de responsabilidades, recursos y voz pública; y tecnologías sociales cotidianas, en las cuales la cooperación, el cuidado y los pactos comunitarios transforman la adversidad en arreglos innovadores de gestión, ingresos y protección de la vida. Los resultados indican que la sostenibilidad efectiva depende del reconocimiento del valor socioambiental generado por estas mujeres y de la corrección de desigualdades estructurales que recaen desproporcionadamente sobre cuerpos y territorios negros, exigiendo políticas que promuevan redistribución de derechos, reconocimiento

cognitivo y participación política calificada. Se concluye que la articulación entre la circularidad urbana y la ancestralidad rural constituye un modelo de transformación socioterritorial capaz de orientar transiciones ecológicas justas en Brasil, en las cuales la justicia socioambiental se vuelve inseparable del fortalecimiento del protagonismo femenino y de la valoración de sus saberes y prácticas.

**Palabras clave:** Protagonismo Femenino. Justicia Socioambiental. Catadoras de Materiales Reciclables. Territorios Quilombolas. Tecnologías Sociales. Gobernanza Comunitaria.

## 1 INTRODUÇÃO

A crise civilizatória contemporânea tem evidenciado as limitações dos modelos hegemônicos de desenvolvimento, baseados na exploração de corpos, territórios e ecossistemas em nome da acumulação econômica. Em especial na América Latina, as relações entre capitalismo, patriarcado e colonialidade, conforme indicam Quijano (2010) e Lugones (2014), continuam estruturando formas de expropriação material e epistêmica, que se manifestam de maneira contundente nos territórios negros e periféricos. Nesse contexto, compreender as experiências de mulheres que atuam nas fronteiras da sobrevivência é fundamental para revelar outras epistemologias de resistência, pertencimento e vida comunitária.

A presente pesquisa insere-se nesse debate ao colocar em diálogo dois territórios distintos, porém conectados pela força de mulheres negras: as associações e cooperativas de catadoras de materiais recicláveis de Belo Horizonte e a Comunidade Tradicional Quilombola de Cachoeira dos Forros, em Passa Tempo, Minas Gerais. Em ambos os casos, trata-se de grupos que elaboram práticas socioprodutivas capazes de tensionar a lógica dominante, afirmando aquilo que Bispo (2023) denomina “fala contra colonial”, um modo de existir que se insurgue contra os processos históricos de subalternização ao produzir conhecimentos enraizados nos corpos e nos territórios.

Essas mulheres são afetadas simultaneamente pela invisibilidade estrutural e pela sobrecarga de trabalharem para gerar valor em sistemas que pouco ou nada lhes devolvem. A condição de serem majoritariamente chefes de família, responsáveis pelo cuidado e pela reprodução social, amplia os efeitos do racismo ambiental e das violências patriarcais. Como já alertava Lélia Gonzalez (1984), a mulher negra encontra-se na base de uma tripla opressão, atuando na esfera produtiva, doméstica e comunitária sem reconhecimento proporcional.

O racismo ambiental constitui uma dimensão estruturante das desigualdades socioespaciais no Brasil, revelando a persistência de um continuum colonial que define quais corpos e territórios podem ser expostos ao risco e à precarização. Conforme analisa Jesus (2020), essa lógica opera na intersecção entre raça, meio ambiente e saúde pública, configurando um regime de poder que naturaliza a degradação das condições de vida da população negra e periférica. O autor evidencia que o racismo ambiental não se restringe à distribuição desigual dos danos ecológicos, mas à própria forma como o saneamento, a urbanização e as políticas ambientais foram historicamente concebidas para excluir e vulnerabilizar determinados grupos sociais. Assim, os impactos ambientais recaem de maneira sistemática sobre corpos racializados e territórios empobrecidos, traduzindo-se em uma expressão material do racismo institucional. Nas cidades, essa desigualdade se manifesta na precarização do trabalho das catadoras, que enfrentam riscos constantes e a ausência de políticas estruturantes; no



campo, incide sobre os modos de vida tradicionais, ameaçando práticas agroecológicas, o acesso à terra e a transmissão intergeracional dos saberes quilombolas.

Ao mesmo tempo, esse lugar de sofrimento se converte em potência. Tanto nas cooperativas quanto no quilombo observam-se formas de organização coletiva que articulam solidariedade, autonomia econômica, redes de cuidado e inovação social. Laville (2015) e Hillenkamp e Costa (2019) denominam tais movimentos como tecnologias sociais enraizadas, que emergem das lutas por dignidade e não do mercado ou do Estado, demonstrando que a inovação pode nascer das margens e contra as estruturas hegemônicas.

Essa leitura dialoga com a Economia da Funcionalidade e da Cooperação, especialmente a partir de Du Tertre (2022) e Lima et al. (2022), que apontam para a necessidade de reorganizar as cadeias produtivas em torno da utilidade social e ambiental, e não apenas do lucro material. Nesse sentido, o trabalho das catadoras e das mulheres quilombolas revela práticas que se conectam diretamente com a preservação da vida, a gestão comunitária dos recursos e a manutenção de vínculos ancestrais. Trata-se de práticas que produzem valor ambiental e social, embora nem sempre sejam reconhecidas pelos instrumentos formais de mensuração econômica.

A análise desses territórios também se fundamenta na perspectiva da interseccionalidade, que evidencia como as opressões de raça, gênero e classe se combinam para determinar posições sociais desiguais. Para Carneiro (2003), a resistência feminina negra constitui um saber político e epistêmico elaborado na prática cotidiana, no qual se articulam memória, cuidado e luta por direitos. Reconhecer essa construção coletiva significa romper com modelos analíticos que historicamente desconsideraram tais sujeitos como produtores legítimos de conhecimento.

Do ponto de vista sociopolítico, o que emerge desses espaços é uma forma de inovação social territorializada, que reorganiza a economia e fortalece a vida comunitária a partir de estruturas de cooperação. Essa inovação não se expressa como ruptura tecnológica, mas como processo de cura social que combate desigualdades estruturais e amplia horizontes de futuro para populações vulnerabilizadas.

Investigar essa confluência entre catadoras e mulheres quilombolas, portanto, não é apenas registrar experiências isoladas ou descrever desafios. É reconhecer que elas produzem conhecimentos capazes de questionar o próprio fundamento da organização social moderna, ao demonstrar que a sustentabilidade não será alcançada enquanto as vozes negras femininas continuarem subalternizadas. Em um país profundamente marcado por desigualdades coloniais, essas experiências evidenciam que futuros mais justos já estão em construção, mesmo que a partir de territórios invisibilizados.

Este artigo busca contribuir para essa visibilidade, reforçando que transformar a gestão de resíduos, fortalecer comunidades tradicionais e promover equidade racial e de gênero não são agendas

separadas. São dimensões de um mesmo projeto de justiça socioambiental no qual as mulheres negras se constituem como força vital para a reconstrução das cidades, dos territórios rurais e das epistemologias que os sustentam.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória, descritiva e participativa, fundamentada na pesquisa-ação e orientada por uma perspectiva contra-colonial e interseccional. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de superar modelos tradicionais de pesquisa que historicamente objetificaram corpos negros, populações periféricas e territórios tradicionais, reduzindo suas experiências a dados técnicos ou problemas de gestão. Em consonância com o pensamento decolonial, comprehende-se que o conhecimento nasce das lutas e práticas coletivas e, portanto, deve reconhecer os sujeitos como agentes produtores de ciência, e não apenas como informantes ou objetos de estudo.

A pesquisa-ação adotada assume caráter transformador, ao articular produção de conhecimento e ação política, reconhecendo nas catadoras e nas mulheres quilombolas não apenas fontes de informação, mas copesquisadoras que analisam e reconfiguram suas realidades. Essa perspectiva se ancora na ética da corresponsabilidade e na horizontalidade metodológica, fundamentais para romper com estruturas epistêmicas coloniais que deslegitimaram historicamente saberes oriundos das margens sociais.

O caráter interdisciplinar da pesquisa permitiu dialogar com Campos (2023) como inovação social, trabalho e economia solidária, direitos humanos, justiça ambiental, epistemologias feministas negras e agroecologia. A interdisciplinaridade não se restringiu a um exercício teórico, mas se materializou na forma como o estudo circulou entre espaços urbanos e rurais, evidenciando que a resistência à colonialidade assume expressões diversas, porém interconectadas.

Combinou-se análise bibliográfica crítica com investigação empírica sistemática. A revisão teórica contemplou teses, dissertações e artigos sobre resíduos sólidos, racismo ambiental, feminismo negro, economia popular e territorialidades quilombolas, assegurando a atualização teórica e a ancoragem das categorias analíticas. Paralelamente, procedeu-se à análise documental de legislações, políticas públicas e diretrizes técnicas que incidem direta ou indiretamente sobre o trabalho das catadoras e sobre a autonomia dos territórios quilombolas.

As observações de campo foram conduzidas de maneira sistemática em três Associações e Cooperativas de Catadoras e Catadores de Belo Horizonte e no território Quilombola de Cachoeira dos Forros. As visitas possibilitaram acompanhar as rotinas laborais e comunitárias, assim como compreender efeitos materiais e simbólicos do racismo ambiental e da ausência de reconhecimento

institucional sobre essas populações. O envolvimento prolongado em campo contribuiu para minimizar vieses interpretativos e fortalecer a construção de confiança, condição ética essencial para investigação de grupos historicamente violentados pelas estruturas do Estado e do mercado.

A participação em espaços deliberativos, como o Fórum Municipal de Lixo e Cidadania de Belo Horizonte, ampliou a compreensão das relações de poder que permeiam a cadeia da reciclagem. Nesses espaços, observou-se como os conflitos políticos se manifestam nas disputas por financiamento público, por definição de contratos e pelo controle dos fluxos de resíduos. Do mesmo modo, a vivência em Cachoeira dos Forros possibilitou acompanhar assembleias, mutirões agrícolas e atividades de transmissão de saberes ancestrais, aprofundando o entendimento das dimensões cosmopolíticas do território quilombola.

A análise dos dados seguiu uma perspectiva hermenêutica, articulada à análise de conteúdo temática. As categorias emergiram diretamente dos campos empíricos, evitando impor teorizações pré-vias que desconsiderassem a historicidade local. Termos como resistência, cuidado, autonomia, dor, comunidade e futuro foram recorrentes nos relatos de vida e constituíram pontos de ancoragem para interpretação crítica. A validação interpretativa foi realizada por meio de devolutivas junto às participantes, reafirmando a coprodução do conhecimento.

Por fim, a metodologia comprehende o território como unidade analítica e política. A territorialidade urbana das catadoras e a territorialidade ancestral quilombola não são vistas como espaços geográficos neutros, mas como cenários de disputa por existência digna, direitos e reconhecimento. A abordagem metodológica adotada permitiu captar a complexidade dessas dinâmicas e destacar que as práticas de resistência das mulheres investigadas não constituem respostas isoladas, mas expressões de um movimento coletivo de reinvenção social que desafia cotidianamente as lógicas coloniais de exploração.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise integrada dos dados revelou um conjunto de experiências profundamente enraizadas nas realidades sociais das mulheres investigadas, catadoras de materiais recicláveis em Belo Horizonte e mulheres quilombolas da Comunidade de Cachoeira dos Forros, em Passa Tempo (MG). Embora situadas em contextos distintos, ambas as experiências convergem em um mesmo eixo de luta: a busca por visibilidade, reconhecimento e dignidade em meio à reprodução de estruturas coloniais, capitalistas e de dominação de gênero que insistem em relegar o trabalho feminino e negro à marginalidade social (Gonzalez, 1984; Carneiro, 2003).

Essas mulheres, historicamente invisibilizadas, protagonizam processos de resistência que ultrapassam a sobrevivência material e assumem um caráter epistêmico e político. Elas não apenas



produzem sustento, mas também constroem redes de solidariedade, ressignificam o trabalho e imprimem novos sentidos à noção de inovação social (Hillenkamp; Costa, 2019; Laville; Leubolt; Moulaert, 2015).

Nesse ponto, os achados dialogam com pesquisas que evidenciam como a organização coletiva das catadoras, em cooperativas de reciclagem, revela o protagonismo das mulheres na economia circular, apesar de seguirem submetidas à invisibilidade estrutural e à precarização das condições de trabalho (Gonçalves-dias; Sakurai; Ziglio, 2020). Além disso, Vallin e Gonçalves-Dias (2020) destacam que processos de pesquisa comprometidos com a devolutiva e a participação ativa das trabalhadoras ampliam a valorização de seus territórios e saberes, fortalecendo o reconhecimento de que essas práticas representam tecnologias sociais enraizadas em experiências de luta, cuidado e defesa da vida. Suas práticas demonstram que a transformação coletiva pode emergir das margens, em espaços tradicionalmente desvalorizados pelo Estado e pelo mercado, mas ricos em criatividade, reciprocidade e saber comunitário (Bispo, 2015; Bispo, 2023).

Entre as catadoras de materiais recicláveis, observou-se que o trabalho, ainda marcado pela informalidade e pela ausência de direitos, é sustentado quase exclusivamente pela força das mulheres. São elas que garantem o funcionamento das Associações e Cooperativas (ACs), organizam o fluxo dos materiais, controlam a triagem e, em muitos casos, assumem também funções administrativas e de mediação comunitária.

De acordo com Vallin (2016) e a organização Wiego (2022), essa feminização da reciclagem é um fenômeno crescente, no qual as mulheres exercem papel essencial, embora sigam enfrentando desvalorização simbólica e material. A divisão sexual do trabalho nas cooperativas impõe às mulheres tarefas consideradas leves, como triagem e separação, mas que demandam elevada carga física e emocional. Vallin (2016) observa que, mesmo nesses espaços coletivos, as hierarquias de gênero persistem: os homens concentram funções valorizadas, como a operação de prensas e o transporte de fardos, enquanto as mulheres executam atividades ligadas ao cuidado, ao detalhamento e à limpeza.

Essa desigualdade se estende para além do espaço laboral, refletindo-se na jornada dupla que combina o trabalho produtivo e o reprodutivo, evidenciando uma sobrecarga estrutural (Wirth, 2010; Vallin, 2016). O relato da Catadora 01 sintetiza esse cenário: “A gente trabalha com risco, mas não tem direito a nada, nem ao reconhecimento.” Essa fala expressa a naturalização da precarização laboral que, segundo Antunes (2018), caracteriza o novo proletariado de serviços, formado por trabalhadores submetidos à informalidade e ao enfraquecimento dos direitos sociais.

Essas condições precárias revelam também como o capitalismo depende do trabalho invisível das mulheres negras para manter sua lógica de acumulação. Enquanto o mercado e o Estado celebram índices de reciclagem, negligenciam quem realmente coloca a circularidade em movimento. Trata-se

do que Gonzalez (1984) denomina mito da democracia racial, que mascara hierarquias profundas e cria uma falsa percepção de igualdade de oportunidades. No contexto do saneamento e da gestão de resíduos, a “sustentabilidade” apresentada nos relatórios corporativos oculta uma sustentabilidade às avessas: sustentada pelo sofrimento.

Nas comunidades quilombolas, a invisibilidade feminina assume outras configurações, mas mantém o mesmo fundamento estrutural: a negação histórica do protagonismo da mulher negra. As quilombolas entrevistadas relataram a constante desvalorização de suas atividades produtivas e comunitárias, mesmo quando exercem papéis de liderança. Uma das participantes afirmou: “A gente luta pra ser mulher com força ancestral e presente”, destacando a necessidade de reafirmação constante de sua relevância social. Essa força ancestral e contemporânea encontra ressonância nas leituras de Gonzalez (1984) e Carneiro (2003), que compreendem o racismo e o sexism como dimensões interligadas da exclusão social, e nas reflexões de Nego Bispo (2015; 2023), que associa o ato de resistir à criação contínua de novas formas de existência.

A desigualdade estrutural que atravessa ambas as realidades encontra respaldo em Campos (2023), ao afirmar que, “apesar dos esforços governamentais em incentivar a reciclagem, ainda se enfrenta uma estrutura de poder desigual no contexto político e econômico brasileiro, resultante de fatores socio-históricos e espaciais que limitam a capacidade de negociação dos catadores” (Campos, 2023, p. 27; Dagnino, 2010). Essa constatação dialoga com as críticas de Acselrad (2004), que analisa a justiça ambiental como campo de disputa política, e com Crenshaw (2002), que propõe a interseccionalidade como lente capaz de revelar as sobreposições de opressão de gênero, raça e classe.

As catadoras e as quilombolas enfrentam desigualdades territorializadas. Se para as primeiras a cidade lança sua toxicidade e descaso, confinando-as em galpões periféricos, para as segundas a luta se estrutura contra tentativas históricas de expulsão de suas próprias terras. A ausência ou insuficiência de políticas públicas adequadas, como saneamento básico, logística reversa efetiva, regularização fundiária e garantias trabalhistas, demonstra a persistência de uma necropolítica seletiva, que autoriza a vida plena de alguns enquanto expõe outros à morte social lenta.

A precariedade das condições de trabalho materializa-se como expressão concreta dessa desigualdade. As catadoras enfrentam riscos diários, como acidentes com materiais perfurocortantes, contaminações e doenças respiratórias, sem garantias de proteção social. Já nas comunidades quilombolas, a carência de políticas públicas voltadas à infraestrutura, ao acesso à água e ao crédito agrícola reforça a dependência econômica e o isolamento institucional. Contudo, é nesse contexto adverso que surge o que Bispo (2023) chama de “escrevivência territorial”, uma prática de sobrevivência que se converte em enfrentamento político.

Apesar disso, essas mulheres transformam a adversidade em ação coletiva, reinventando modos de viver e produzir em comunhão com a terra. Como ensina Nego Bispo (2023), “a terra dá, mas também quer”, ou seja, a relação com o território implica reciprocidade, cuidado e compromisso coletivo. Tal perspectiva ecoa na Economia da Funcionalidade e da Cooperação (PARANHOS, 2023), que enfatiza a produção de valor a partir da solidariedade e do fortalecimento comunitário.

As práticas observadas nas cooperativas e comunidades exemplificam o que Hillenkamp e Costa (2019) denominam inovação social enraizada, processo no qual as relações econômicas são reorganizadas em torno de valores de cuidado e equidade. A inovação, portanto, não se limita à criação tecnológica, mas se manifesta como reorganização da vida comum (Moulaert et al., 2013; Laville; Leubolt; Moulaert, 2015; Yunus, 2008; Mulgan, 2007). A circulação dos materiais recicláveis e dos alimentos cultivados localmente revela estratégias que conectam cuidado, sobrevivência e transformação socioterritorial.

Essa articulação entre saber técnico e saber simbólico desafia a hierarquia entre conhecimento acadêmico e popular. O planejamento da coleta, a triagem e a gestão das cooperativas, assim como o cultivo e a partilha nas comunidades quilombolas, refletem o que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina ecologia dos saberes, uma epistemologia plural que reconhece a legitimidade dos conhecimentos produzidos nas margens. Esse tensionamento provoca fissuras na lógica moderna de ciência, que insiste em deslegitimar o que não se enquadra em seus padrões de validação.

No caso das catadoras, a gestão da reciclagem urbana opera como reapropriação de um bem comum: o resíduo que, se destinado ao aterro, torna-se externalização do capital, mas, se recuperado, representa uma reconfiguração ambiental e econômica conduzida pelo saber das mulheres. Nas comunidades quilombolas, a agricultura ancestral afirma uma soberania alimentar que, mesmo ameaçada pela urbanização e especulação imobiliária, segue sustentando gerações sob uma ética de cuidado com o território.

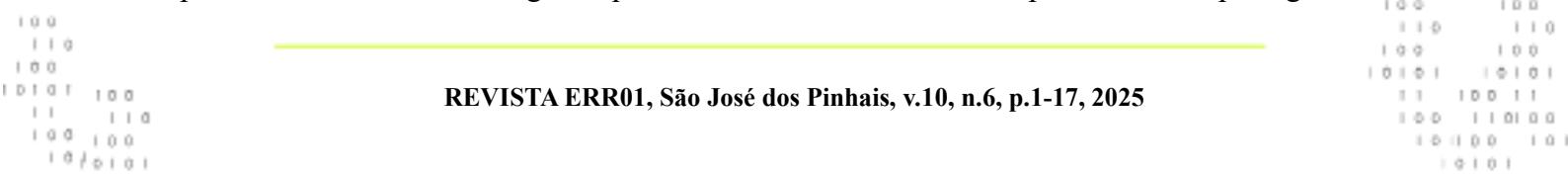
Nesse sentido, a resistência dessas mulheres transcende o enfrentamento material da exclusão, tornando-se também uma prática epistemológica e política. Ao reivindicarem o direito de decidir sobre suas formas de organização e de narrar suas próprias experiências, elas desafiam a estrutura colonial do saber e inauguram novos paradigmas de legitimidade social. Essa insurgência se expressa no protagonismo que assumem em fóruns públicos, nas reuniões em cooperativas e nos rituais comunitários: todos constituem arenas políticas que afirmam que suas vidas importam, suas histórias importam e seus territórios importam.

Tabela 1 – Síntese dos resultados e interpretações críticas sobre as experiências de catadoras e mulheres quilombolas em MG

Dimensão Analítica	Evidências Observadas no Campo	Implicações Sociais e Políticas	Aportes Teóricos Relacionados
<b>Gênero e divisão sexual do trabalho</b>	Predominância feminina nas tarefas de triagem, seleção e cuidado; Homens concentram funções de maior valorização simbólica e econômica	Reforço da dupla jornada e da desvalorização das mulheres dentro e fora das organizações	Vallin (2016); WIEGO (2022); Wirth (2010)
<b>Racismo estrutural e ambiental</b>	Mulheres negras são maioria nas ocupações precarizadas e no trabalho com resíduos	Naturalização da marginalização e invisibilidade de saberes femininos e negros	Gonzalez (1984); Carneiro (2003); Acselrad (2004)
<b>Invisibilidade do trabalho e não reconhecimento</b>	Falta de direitos trabalhistas, proteção social e remuneração justa; mínima visibilidade pública	Precarização laboral e manutenção de hierarquias coloniais no mundo do trabalho	Antunes (2018); Campos (2023)
<b>Territorialidade e ancestralidade (quilombolas)</b>	Cultura comunitária, agricultura de subsistência e vínculos espirituais com o território	Soberania alimentar e identidade coletiva ameaçadas por políticas insuficientes	Nego Bispo (2015; 2023); Gonzalez (1984)
<b>Inovação social enraizada</b>	Práticas de organização comunitária, cooperação e redes de solidariedade	Criação de tecnologias sociais baseadas no cuidado e na reciprocidade	Hillenkamp; Costa (2019); Moulaert et al. (2013)
<b>Autonomia e protagonismo feminino</b>	Liderança feminina nas decisões internas e nas articulações com instituições externas	Resistência política, construção de novas formas de existência e governança local	Bispo (2023); Du Tertre (2022)
<b>Conflitos com Estado e mercado</b>	Políticas insuficientes e desiguais; baixa capacidade de negociação de direitos	Reprodução da desigualdade pública e da dependência institucional	Campos (2023); Dagnino (2010)
<b>Epistemologias insurgentes</b>	Produção de conhecimento prático não reconhecido pelo modelo hegemônico	Disputa por legitimidade epistêmica e reconhecimento cognitivo	Bispo (2015; 2023); Crenshaw (2002)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A Tabela 1 sistematiza processos que transcendem a dimensão ocupacional do trabalho feminino negro em territórios urbanos e quilombolas, ao evidenciar um padrão histórico de racialização da precariedade e de generificação da sustentabilidade no Brasil. O conjunto de resultados demonstra que, enquanto empresas e governos se apropriam discursivamente do conceito de economia circular e das pautas ambientais, as mulheres negras permanecem relegadas aos segmentos mais penosos, invisíveis e perigosos da cadeia socioambiental, constituindo o que Gonzalez (1984) definiu como a base oculta da pirâmide produtiva colonial. O que a tabela revela não é apenas uma segmentação técnica do trabalho, mas um modelo de gestão das desigualdades. A associação entre mulheres e tarefas de triagem minuciosa, cuidado do ambiente de trabalho, limpeza e mediação comunitária demonstra como o sistema neoliberal e patriarcal operacionaliza uma economia que depende da exploração da força feminina, sobretudo negra, enquanto nega o reconhecimento material e simbólico de seu valor (Carneiro, 2003). Esse mecanismo é reforçado pela narrativa do empoderamento pelo empreendedorismo da reciclagem, que transfere às catadoras a responsabilidade pela gestão dos



resíduos sem redistribuir poder ou renda, apresentando como oportunidade o que, na prática, é a absorção gratuita de externalidades sociais e ambientais produzidas por outros setores econômicos.

A tabela tensiona também a ideia de que a inserção produtiva é sinônimo de emancipação. Mesmo inseridas em cooperativas, estruturas frequentemente idealizadas como espaços igualitários, persistem hierarquias de gênero que reproduzem a naturalização das mulheres como aptas ao que é visto como delicado, metílico ou sujo (Vallin, 2016). Isso evidencia que o cooperativismo, embora importante como instrumento de organização popular, não elimina automaticamente relações patriarcais e racializadas que estruturam o mundo do trabalho, mas as reconfigura em novos arranjos de controle social. Paralelamente, na dimensão quilombola, a ausência de políticas públicas, de acesso equitativo à terra, crédito agrícola e infraestrutura evidencia, conforme argumenta Acselrad (2004), uma política sistemática de racialização territorial, que preserva a vulnerabilidade dessas populações como forma de controle econômico e político. Assim, o dado ausência de políticas não representa uma falha pontual do Estado, mas um padrão estrutural de produção colonial de desigualdades socioespaciais.

A leitura crítica da tabela expõe ainda que, ao mesmo tempo em que essas mulheres sustentam a cadeia de resíduos neutralizando os danos do consumo urbano ou preservam o equilíbrio ecológico rural com práticas regenerativas, enfrentam o que Bullard e Acselrad descrevem como racismo ambiental, ficando mais expostas a riscos químicos, físicos e simbólicos. O que se observa é uma perversidade sistêmica: a cidade sustenta sua sustentabilidade às custas da insustentabilidade das trabalhadoras negras, o que confirma a tese de Carneiro (2003) sobre a centralidade da mulher negra na manutenção de estruturas que, paradoxalmente, a desvalorizam. Em lugar de reconhecimento, elas recebem o peso integral da degradação ambiental que não produziram, sendo responsabilizadas pela remediação de problemas sistêmicos cujas origens não se encontram nos territórios que habitam.

Por outro lado, a tabela ilumina zonas de insurgência epistemológica. As práticas de cuidado, cooperação, cultivo, reaproveitamento e partilha, tradicionalmente tratadas como informais ou não econômicas, emergem como inovações sociais enraizadas (Hillenkamp e Costa, 2019), capazes de oferecer respostas que o mercado e o Estado são incapazes de produzir. A resistência aqui não é apenas sobrevivência, mas reinvenção da vida. Tais ações desafiam o monopólio epistemológico do pensamento moderno-colonial ao produzirem conhecimento desde o corpo, a ancestralidade e a coletividade. Essa insurgência do cotidiano materializa o que Boaventura de Sousa Santos (2010) define como ecologia dos saberes, contrapondo-se à lógica capitalista da descartabilidade tanto dos materiais quanto das pessoas.

Desse modo, a tabela deve ser interpretada não como fotografia estática de uma condição social, mas como mapa político de uma disputa contínua por legitimidade, direitos e justiça socioambiental.

Ela evidencia que não existe economia circular sem justiça social e que não haverá transição ecológica efetiva enquanto o valor socioambiental gerado pelas mãos femininas negras seguir invisibilizado, mal remunerado e naturalizado como responsabilidade individual. Em síntese, os resultados demonstram que o futuro sustentável das cidades depende, necessariamente, do reconhecimento e da redistribuição de poder e recursos para as mulheres negras que mantêm, com seus corpos e territórios, os pilares que sustentam a vida urbana contemporânea.

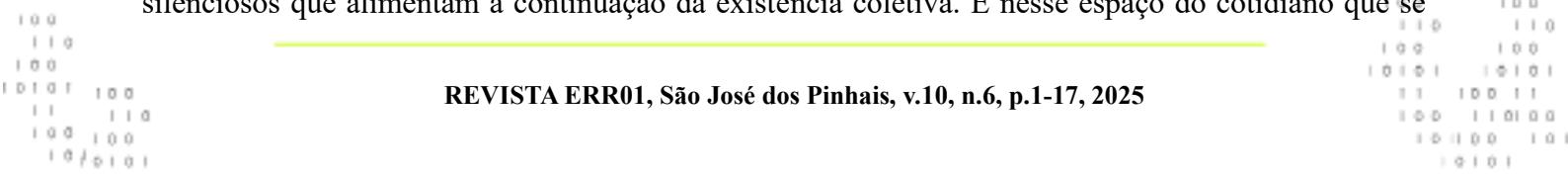
A análise e discussão dos dados evidenciam que a confluência entre as experiências das catadoras e das mulheres quilombolas revela que os territórios da reciclagem e da ancestralidade estão sustentados por uma mesma matriz de resistência feminina negra. São vivências marcadas pelo enfrentamento diário das desigualdades, mas também pela capacidade de reinventar a vida a partir de estratégias coletivas, saberes transmitidos entre gerações e práticas inovadoras que emergem do cotidiano.

Nas cooperativas de reciclagem e nos territórios quilombolas, essas mulheres exercem funções essenciais ao funcionamento da sociedade, embora sua contribuição seja frequentemente invisibilizada pelo Estado, pelo mercado e pelas narrativas oficiais sobre desenvolvimento. No ambiente urbano, assumem atividades fundamentais para a economia circular, como coleta, triagem e organização do fluxo de resíduos. No meio rural, garantem a preservação da cultura comunitária, do território e dos modos de vida que sustentam a soberania alimentar e a continuidade social.

Mesmo diante de condições adversas, essas mulheres se afirmam como protagonistas de seus territórios. Elas não apenas resistem, mas também criam: organizam jornadas produtivas, constroem redes de solidariedade, administram espaços coletivos e produzem novas formas de convivência que se contrapõem à exclusão e ao individualismo impostos pela lógica dominante. A persistência em ocupar galpões, roças, assembleias, feiras e espaços de mobilização política expressa um compromisso com a vida comunitária que ultrapassa a sobrevivência material.

A reciprocidade, o cuidado e o pertencimento se destacam como fundamentos que atravessam esses dois contextos. Nas cooperativas, as catadoras garantem que os materiais retornem ao ciclo produtivo, reduzindo impactos ambientais e gerando recursos econômicos que sustentam suas famílias. No quilombo, as mulheres asseguram a conservação do território e dos recursos naturais, o cultivo de alimentos, a transmissão dos saberes e a manutenção das tradições. Em ambos os casos, o trabalho feminino se converte em ação direta pela preservação da vida, em todas as suas dimensões.

Ao reconhecer a centralidade dessas atuações, comprehende-se que a transformação social não nasce, necessariamente, de grandes reformas institucionais ou de tecnologias de ponta. Ela se manifesta, sobretudo, nas pequenas ações repetidas diariamente, nas redes de apoio mútuo e nos gestos silenciosos que alimentam a continuação da existência coletiva. É nesse espaço do cotidiano que se



desenvolvem práticas de emancipação e inovação, capazes de redirecionar caminhos e questionar estruturas desiguais.

Por meio de suas ações, essas mulheres rompem padrões historicamente impostos sobre o corpo feminino negro. Elas negam o destino da submissão, desestabilizam hierarquias consolidadas e ocupam posições de poder e decisão dentro de suas comunidades. Ao fazer isso, constroem uma nova forma de fazer política: uma política que nasce do chão, que se organiza a partir da experiência e que afirma o direito de existir com dignidade.

Assim, a análise demonstra que os territórios da reciclagem e da ancestralidade não são espaços de carência, mas de potência e invenção. Suas práticas revelam que a sustentabilidade verdadeira depende da construção de futuros engendrados por quem, historicamente, sustentou a vida com o mínimo de recursos e o máximo de solidariedade. O futuro social, econômico e ambiental só será possível se incluir e fortalecer essas mulheres, que continuam resistindo, criando e transformando o mundo com as próprias mãos.

#### 4 CONCLUSÃO

As reflexões apresentadas ao longo deste estudo demonstram que a realidade das catadoras de materiais recicláveis e das mulheres da Comunidade Quilombola de Cachoeira dos Forros revela tensões estruturais que ultrapassam o âmbito material e econômico. As desigualdades que atingem essas mulheres não se constituem como desvios de um modelo supostamente universal, mas como expressão direta da colonialidade persistente que regula vidas, territórios e formas de pertencimento no Brasil (Gonzalez, 1984; Carneiro, 2003). Nesse sentido, o que se observa não é apenas exclusão histórica, mas a produção contínua da precariedade como estratégia política de manutenção de hierarquias sociais.

A partir dessa análise, torna-se evidente que a invisibilidade não é acidental, mas funcional ao sistema. A desvalorização do trabalho das catadoras, responsável por sustentar a economia da reciclagem urbana, e a marginalização das mulheres quilombolas na condução de territórios tradicionais representam, como afirma Crenshaw (2002), a sobreposição de opressões que estruturam o capitalismo racializado. Assim, a precarização laboral (Antunes, 2018) e a desterritorialização simbólica e política das comunidades rurais não são eventos isolados, mas elementos da mesma engrenagem que empurra mulheres negras para posições de subalternidade.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que essas mulheres operam como agentes políticos e intelectuais que formulam, na prática, alternativas e rupturas. Suas ações coletivas materializam o que Hillenkamp e Costa (2019) caracterizam como inovação social enraizada. Para além da geração de renda, suas práticas constroem redes de cuidado, reorganizam a vida comunitária, recriam tradições e

inauguram futuros possíveis. Elas reafirmam que sustentabilidade não é um conceito abstrato, mas uma tecnologia de vida forjada no cotidiano e sustentada por vínculos afetivos e ancestrais.

Em ambas as realidades investigadas, o território emerge como espaço de disputa e afirmação política: nos galpões da reciclagem, o lixo é ressignificado como recurso; nos quilombos, a terra se mantém como lugar de existência e memória. Essa relação, como ressalta Nego Bispo (2015; 2023), revela que resistir é insistir em outras rationalidades, orientadas pela reciprocidade e pela coletividade, e não pelo lucro ou pela acumulação. Tal concepção dialoga com a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (Paranhos, 2023), ao propor que o valor social supera o valor mercantil quando o trabalho está a serviço da vida.

Essas mulheres confrontam também os limites da ciência moderna. Sua atuação evidencia a necessidade de uma ecologia dos saberes (Santos, 2010) que promova justiça cognitiva, reconhecendo que práticas tradicionalmente relegadas ao campo da “informalidade” constituem epistemologias legítimas e potentes. O protagonismo que assumem ao reivindicar direitos, denunciar injustiças e autogerir processos produtivos desafia a visão hegemônica que insiste em vê-las como assistidas e não como sujeitas políticas.

Desse modo, conclui-se que as mulheres quilombolas e as catadoras em Minas Gerais não são apenas usuários finais de políticas públicas, mas formuladoras de estratégias e saberes capazes de orientar novas perspectivas de sustentabilidade. Ao reposicionarem o cuidado, a solidariedade e a ancestralidade como fundamentos da organização do trabalho e da vida comunitária, elas tensionam o discurso dominante da economia verde e mostram que nenhuma transição ecológica será justa se continuar ignorando quem mais contribui para a circularidade real dos materiais.

Portanto, reconhecer tais protagonismos não é apenas uma necessidade acadêmica ou metodológica, mas uma urgência ética e política. O futuro sustentável defendido por organismos internacionais e políticas nacionais depende da reparação histórica das desigualdades que recaem sobre mulheres negras. Essas mulheres revelam que não existe inovação sem justiça cognitiva e que não há sustentabilidade possível quando os custos ambientais e sociais são sistematicamente impostos aos corpos e territórios negros. As práticas analisadas neste estudo afirmam que é pelas mãos que recolhem, organizam, cultivam e cuidam que se edifica a possibilidade de um mundo verdadeiramente livre, plural, igualitário e ambientalmente justo.



## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BISPO, Antônio dos Santos (Nego Bispo). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.
- BISPO, Antônio dos Santos (Nego Bispo). Colonização, quilombos: modos e significações. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2015.
- CAMPOS, Mariana Soares de. Mulheres e resíduos: perspectivas políticas na cadeia da reciclagem. Curitiba: Appris, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAGNINO, Renato; DAGNINO, Evelyne. Economia solidária e empreendimentos sustentáveis. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- DU TERTRE, Roger. In: LIMA, João Baptista; BARCELLOS, L. A.; DU TERTRE, Roger; et al. Economia da funcionalidade e da cooperação: inovação para sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG, 2022.
- GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; SAKURAI, Tatiana; ZIGLIO, Luciana (org.). Catadores e espaços de (in)visibilidades. São Paulo: Blucher, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS, 1984. p. 223-244.
- HILLENKAMP, Isabelle; COSTA, Ana Lúcia. Inovação social e economia solidária: práticas e conceitos em debate. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- JESUS, Victor de. Racializing the (sociological) view on environmental health in the sanitation of the black population: A colonial continuum called environmental racism. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 29, n. 2, e180519, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>
- LAVILLE, Jean-Louis; LEUBOLT, Bernhard; MOULAERT, Frank (org.). Inovações sociais e políticas públicas: experiências internacionais. Brasília: Ipea, 2015.
- LIMA, João Baptista; BARCELLOS, L. A.; DU TERTRE, Roger; et al. Economia da funcionalidade e da cooperação: inovação para sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG, 2022.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-102, 2014.

MOULAERT, Frank et al. The International Handbook on Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

PARANHOS, Márcia Cristina Moreira. Avançando na inclusão socioprodutiva: a convergência da economia da funcionalidade e da cooperação e inovação social em uma comunidade tradicional de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Inovação Tecnológica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n12-001>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Ecologia dos saberes: justiça cognitiva e políticas do conhecimento. Porto Alegre: Penso, 2010.

VALLIN, Isabella de Carvalho. Gênero e meio ambiente: dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis. Dissertação (Mestrado) – USP, 2016.

VALLIN, Isabella de Carvalho; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. A devolutiva da pesquisa: compromisso com o pesquisado e a técnica da abordagem. In: GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; SAKURAI, T.; ZIGLIO, L. (org.). Catadores e espaços de (in)visibilidades. São Paulo: Blucher, 2020. p. 249-264. DOI: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/148>

WIEGO – Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing. Technical Brief, 2022. Disponível em: <https://www.wiego.org/>. Acesso em: 25 out. 2025.

WIRTH, Iole. Trabalho feminino, precarização e desigualdades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

YUNUS, Muhammad. Um mundo sem pobreza: a iniciativa dos negócios sociais. São Paulo: Ática, 2008.